

Crime contra Estado democrático será imprescritível

Da Sucursal de Brasília



Por 281 votos a favor e 20 abstenções, o plenário do Congresso constituinte aprovou ontem emenda do deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) que classifica de crime inafiançável e imprescritível "a ação de grupos armados, civis e militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático". Foi concluída a votação do Capítulo I, sobre os direitos individuais e coletivos. Hoje começa a votação do Capítulo II, (ambos do Título II), sobre os direitos sociais. Nesta parte estão temas como a estabilidade no emprego, jornada de trabalho e o pagamento de horas-extras.

A emenda de Caó foi a única aprovada na sessão de ontem. Ao defendê-la, o deputado afirmou que sua intenção era garantir "a transição para o regime democrático através da ordem". Ninguém se inscreveu para falar contra e as lideranças não deram orientação às suas bancadas sobre como votar. Os temas mais polêmicos foram o sigilo de documentos oficiais e o aborto.

Aborto

Foi rejeitada, por falta de quórum qualificado (280 votos) emenda do senador Meira Filho (PMDB-DF), que considerava crime a prática de

aborto, ressalvados os casos previstos na legislação complementar. A emenda obteve 183 votos favoráveis, 170 contrários e 30 abstenções.

Ocorreu uma polêmica na votação de uma outra proposta, do deputado José Genoíno (PT-SP), que permitia o aborto no período de até 90 dias de gestação.

Genoíno retirou sua emenda depois que a deputada Abigail Feitosa (PSB-BA) disse que a "bancada feminina" havia decidido não incluir a questão do aborto no texto constitucional. Abigail disse que Genoíno não tinha mais direito de defender as mulheres do que as próprias parlamentares. Ele retrucou que não considerava a defesa das mulheres atribuição exclusiva do sexo feminino. Foi efusivamente cumprimentado pelas parlamentares.

O plenário rejeitou as seguintes emendas: do deputado Alvaro Valle (PL-RJ), que proibia o transplante de órgãos de pessoas mortas só se estas, em vida, tivessem se manifestado contrárias à doação; da deputada Raquel Capiberibe (PMDB-AP), que criava a figura do "defensor do povo"; da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), que liberava o uso, reprodução e imitação de descobertas tecnológicas referentes à vida, à saúde, e à alimentação; e do senador Chagas Rodrigues (PMDB-PI), que determinava a transferência de 25% dos bens de pessoas condenadas, em sentença irrecorrível, por assassinato doloso, aos herdeiros da vítima.

Para Brossard, 'extremismos' podem comprometer a nova Constituição

Da Sucursal de Brasília

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, afirmou ontem que "os extremismos de pontos de vista" e as "opiniões exacerbadas" poderão comprometer o caráter duradouro da nova Constituição.

Em entrevista coletiva no Palácio do Planalto, em Brasília, Brossard deu esta declaração ao comentar as relações entre o Palácio, o Congresso constituinte e as Forças Armadas.

Segundo o ministro, o clima de "extremismo" político pode comprometer a estabilidade do país.

Por que quatro anos

Deputado federal Joaquim Bevilacqua (PTB-SP): "A minha posição é pelos quatro anos para os mandatos de presidente, governador e prefeito com direito a uma reeleição. Saliento, porém, que o prazo do mandato presidencial, para mim, parlamentarista, não tem a dimensão que lhes dão os defensores do sistema presidencialista de governo. No parlamentarismo, o presidente da República é chefe de Estado e não de governo."

Por que cinco anos

Deputado federal Luis Roberto Ponte (PMDB-RS): "Se o mandato for de cinco anos teremos tempo para elaborar a legislação complementar ainda este ano. Os problemas econômicos dificultariam um ano eleitoral. Se a eleição fosse hoje votaria pelos cinco anos, mas vou aquilatar alguns inconvenientes. A vontade da nação é pelos quatro anos. A deterioração do governo Sarney vai tirando muita gente dos cinco para os quatro."

23 FEV 1988



Os deputados Sarney Filho (PFL-MA) e Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) conversam no plenário

"Sem Carta nada é seguro", diz Ulysses

Da Sucursal de Brasília

"Sem Constituição nada será seguro neste país." Com esta frase, dita ontem ao presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos, o deputado Ulysses Guimarães vinculou a rápida conclusão dos trabalhos do Congresso constituinte e a promulgação da nova Carta à estabilidade do processo político e do próprio governo Sarney.

Foi por este motivo, apurou a Folha, que Ulysses, presidente do Congresso constituinte e do PMDB, atribuiu a maior importância à votação de um acordo na questão da estabilidade no emprego, o que, ontem à noite, parecia virtualmente definido. Um ministro ligado a Ulysses disse ontem que na votação da estabilidade estava embutido um grave risco: jogar ou empresários ou trabalhadores contra o Congresso constituinte, caso não houvesse um acordo que contentasse minimamente os dois lados.

Estabilidade do governo

"A aprovação de um acordo na questão da estabilidade será um sinal de confiabilidade interna da Constituinte, e isso dará estabilidade ao próprio governo", disse ontem o jurista Miguel Reale Júnior, principal assessor jurídico de Ulysses. O empenho do deputado na aprovação do acordo completou-se com a proposta de "armistício" nas relações entre o governo e o Congresso constituinte, formulada sábado.

Este armistício passa por concessões mútuas. Do lado do governo, pela interrupção dos ataques ao Congresso constituinte feitos por



O deputado Ulysses Guimarães

assessores de Sarney e pelo próprio presidente. "É preciso que o Saulo e o ACM parem de falar", disse ontem o senador Severo Gomes (PMDB-SP), referindo-se ao consultor-geral da República, Saulo Ramos, e ao ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

Do lado dos parlamentares, o "armistício" chegou à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) aberta há duas semanas no Senado para investigar casos de corrupção no governo. A possibilidade de parentes de Sarney, como seu genro Jorge Murad, serem convocados para depor está se tornando um foco de tensão nas relações Sarney-Constituinte.

"A CPI é uma espada de Dâmo-cles sobre o Sarney", disse Miguel Reale Júnior. "Vamos ver amanhã (hoje)" desconversou Severo Gomes, sobre a hipótese de esvaziamento da CPI, a bem do andamento normal do Congresso constituinte. E que hoje será realizada a primeira sessão da CPI do Senado, depois do Carnaval.

Ontem, o presidente da CPI, senador José Ignácio Ferreira (PMDB-ES) apressou-se a dizer que não há nenhuma definição ainda dos nomes que serão convocados para depor nas sessões. "Temos que ter metas definidas, não pessoas para indiciar", disse o senador. Procurou entretanto resguardar a independência da comissão que preside: "vamos trabalhar sem arreganho, mas também sem medo".

Concessões

No âmbito do Centrão, o bloco suprapartidário do Congresso constituinte, a disposição foi de fechar um acordo sobre o delicado tema da estabilidade, mesmo que com concessões. Segundo o deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), um dos negociadores do Centrão, o acordo virtualmente acertado ontem "foi o melhor para o país".

Em sua análise, o Centrão teria condições de garantir a vitória de seu texto original sobre estabilidade, se não houvesse acordo. "O Centrão aprovaria seu texto, mas não seria bom para o país porque não haveria consenso", disse Ponte. O acordo, porém, ainda depende de confirmação de todos os líderes do Centrão em reuniões previstas para ontem à noite e hoje de manhã.

Acesso a papéis oficiais é barrado

O plenário do Congresso constituinte rejeitou ontem emenda do deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) que pretendia tornar públicos os documentos oficiais, sem exceção, após 30 anos de sua produção. A proposta obteve 255 votos a favor, 170 contra e 11 abstenções, não alcançando o mínimo de 280 votos para aprovação de matéria constitucional. Ao defender sua emenda, Pimenta disse que estava lutando pela "moralidade pública".

Insuficientes

Segundo o deputado, documentos relativos a "episódios tão antigos, como a Guerra do Paraguai, ainda são protegidos do exame dos historiadores brasileiros". O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), um dos coordenadores do Centrão, disse que se a emenda fosse aprovada, seria criada uma "situação delicada" para o país, porque em muitos casos 30 anos não são suficientes. "Se o texto pelo menos fizesse uma ressalva, mas não, diz que não haverá exceção. Com isto não podemos concordar", disse Sant'Anna.

Coronel articula emenda que visa desmilitarizar PM

Do enviado especial a Brasília

O coronel (reformado) do Exército Sebastião Chaves, 75, começou a articular ontem junto ao Centrão uma emenda que retire dos policiais militares a condição de "servidores militares", conforme consta hoje do artigo 51 do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização.

Chaves disse que em janeiro discutiu o assunto no Rio com o ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves. "O Leonidas concordou com meu ponto de vista e disse que ia mandar seus oficiais reestudarem o assunto. Parece que a idéia chegou a ser lançada no Congresso, mas a reação foi imediata. No dia 12 de janeiro um grupo de oficiais das PMs de São Paulo e de Minas Gerais procuraram os assessores do ministro do Exército na Constituinte para combater a nossa articulação."

Chaves acha que as PMs e os corpos de bombeiros não podem ter uma situação funcional equivalente à dos militares. "As formações são diferentes, e as destinações são diferentes também."

O coronel encontra obstáculos no Exército. Chaves afirmou que o oficial-general encarregado de supervisionar o assunto em Brasília, o general-de-brigada Pereira Gomes, não parece acreditar que haja chances de vencer as lideranças dos policiais militares.